



O legado da pobreza e a inserção geracional

Delma Pessanha Neves
Programa de Pós-graduação em Antropologia e Ciência Política
Universidade Federal Fluminense

e-mail: mdebes@provide.psi.br
Recebido em: fevereiro 2003

Resumo

O artigo ressalta algumas questões relativas àqueles princípios e métodos pedagógicos cuja construção teve como referência o combate à inserção de jovens no mundo do consumo e do tráfico de drogas, métodos esses postos em prática por voluntários e educadores sociais afiliados a instituições filantrópicas. Dentre essas questões, enfatizam-se a absolutização dos casos de exceção como generalidades do comportamento dos jovens das classes populares, e a secundarização da demanda por eles apresentada: a mediação do acesso ao mercado de trabalho e à profissionalização.

Palavras-chaves

Juventude, pobreza, profissionalização, educador social

abstract

This article raises a set of questions which result from the pedagogical principles and methods constructed in reference to combating the insertion of youth in the world of drug dealing and consumption and which are put into practice by volunteers and social educators affiliated with philanthropic institutions. Among these questions, the article emphasizes the absolutization of exceptional cases as generalizations for the behavior of lower class youth and the subordination of their demands regarding (mediation of) access to the labor market and to professional training.

Key words

Youth, poverty, professional training, social educators

Estudando as relações e as referências significativas que estruturam o campo institucional da caridade em Niterói, no estado do Rio de Janeiro, chamei a atenção, noutra espaço, para os modos de definição da inserção e da participação sociais dos agentes redistribuidores de bens, e também dos beneficiários a eles associados¹.

No conjunto de instituições identificadas, destaquei aquelas cujos dirigentes investem, direta ou indiretamente, na gestão da precária inserção social de crianças e jovens. Algumas dessas instituições buscam minimizar os efeitos negativos da carência material das famílias. Por este motivo, os dirigentes institucionais selecionam-nas para participação prolongada, e, assim, para que projetem condições mais adequadas de inserção das novas gerações.

A Casa da Criança foi fundada em 1949 e constitui parte do complexo institucional do Departamento de Ação Social da Paróquia de São Domingos, Niterói. Atende, durante 9 horas diárias (7 às 16:00h), 200 crianças de 0 a 6 anos, filhos de empregadas domésticas.

É mantida por convênios com a FIA - Fundação para a Infância e Adolescência - e com a Secretaria de Integração e Cidadania - Conselho Municipal de Assistência Social. Reproduz-se basicamente por doações dos paroquianos, porque a transferência de recursos definidos pelos convênios é irregular. Conta ainda com trabalho voluntário de professoras aposentadas.

O atendimento se subdivide em ciclos: berçário, maternal e

pré-escolar. Os dois primeiros ciclos são de responsabilidade das Irmãs Missionárias Capuchinhas, vinculadas à Paróquia, e o terceiro, à FIA.

A atuação dos professores é influenciada pela percepção de que as crianças, carentes e órfãs, apresentam um comportamento agressivo devido ao fato de residirem em morros, locus da violência física costumeira (Neves 2000a).

Outras instituições estão voltadas para a tutela de crianças e jovens que, por diversos motivos, estão apartados das famílias.

A Associação Metodista de Ação Social foi constituída em 1984, a partir de um trabalho voluntário, também de base missionária, mas tendo como referência o sistema de crença evangélico. Concebendo a sociedade em si como um problema moral, os agentes sociais evangélicos estão voltados para uma missão salvadora, de redenção humana pela reordenação ética. Por isto, a recuperação das crianças vistas como problema social se baseia na conversão religiosa. Contudo, preconizam, como os dirigentes das demais instituições consideradas no texto, soluções fundamentadas na escolarização e na complementação do apoio à família, concebida como unidade básica para a construção dos novos seres sociais.

A instituição oferece alimentação, assistência médica, reforço escolar, orientação e controle do tempo livre dos jovens, entre outros tantos serviços. Aos convertidos, os missionários acenam com a inserção no mercado de trabalho formal (Gregório 2002).

Estes recorrentes empenhos dos agentes institucionais revelam um conjunto de significados orientadores da percepção de mundo e da definição dos reconhecidos problemas sociais. A expectativa de minimização dos efeitos da pobreza e da miséria é deslocada para um futuro, nem sempre tão próximo, e se fundamenta no combate a problemas precisos que atingem crianças e jovens. Por um lado, o acesso à alimentação mais equilibrada e a participação mais prolongada no sistema de ensino. Por outro lado, a efetivação destes acessos através de uma orientação sob a metáfora do modelo familiar reificado por universalizada realização.

Excetuando-se os casos de crianças e jovens sem convivência familiar, duas carências têm sido tradicionalmente reconhecidas como portadoras de efeitos acumulativos: a nutricional e a de instrução formal básica. E dois pressupostos têm sustentado a luta pela minimização da pobreza: a saúde e a escolarização.

A Associação Beneficente São Martinho de Niterói foi criada a partir da Campanha da Fraternidade de 1987: "Quem acolhe o menor, a Mim acolhe", promovida pela Igreja Católica. Contou com a adesão definitiva das irmãs sacramentinas do Instituto São José ao Programa Ao Encontro do Menino de Rua, promovido pela Associação Beneficente São Martinho do Rio de Janeiro. Assumindo a liderança do movimento, as irmãs construíram alianças para novas adesões e legitimidade da proposta diferenciada. Investiram na articulação de inúmeras instituições, não só oficiais, como o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, a Secretaria Municipal de Promoção Social, a Fundação para Infância e Adolescência, como inúmeras empresas nacionais e internacionais, além das doações pessoais. Entre janeiro e julho de 1998 (período do trabalho de campo), a associação atendia a 130 crianças e adolescentes, cristalizando o processo de mobilização para construção de prática pedagógica diferenciada. Ela abarca uma unidade administrativa e de apoio às atividades complementares ao sistema público de ensino e de orientação profissional, duas casas-residência - recurso limitado à assistência a 15 ou 20 crianças desprovidas de vínculo familiar. A Associação tem suas atividades organizadas de forma a complementar o atendimento familiar real ou reinventado e o sistema de ensino público. Oferece atividades de sustentação da sociabilidade e de construção da identidade política das crianças assistidas (Buss de Souza 2002).

Nesse modelo de enfrentamento da precária inserção das novas gerações, os agentes institucionais também se organizam para redistribuir bolsas de alimentos para mães e avós responsáveis por crianças e jovens.² Pressupõem que o sistema de ensino assegure o acesso à escolarização básica e, sob alquimia simbólica, estejam dadas as condições para uma inserção produtiva dos jovens na sociedade.

Em quaisquer das situações, o acesso a recursos básicos – mediante a redistribuição assistencial – e ao sistema público de ensino fundamental, complementado pelo trabalho voluntário de reforço escolar, não elimina os fatores determinantes da inserção social precária dos jovens. Por isso, têm sido criadas algumas instituições cujo objetivo é o controle do tempo dos jovens, especialmente dos jovens que estejam prestes a alcançar a idade adulta e, portanto, conquistar autonomia. Essas preocupações são redimensionadas para o caso das famílias consideradas *carentes* em bens materiais e, por dedução, em valores morais, porque adotam estilos de vida distanciados daqueles específicos dos agentes afiliados à citada cruzada moral.

A inserção das novas gerações é preocupação recorrente em qualquer sociedade³. Entretanto, no contexto atual, a questão emerge como problema aterrorizador dos pais e dos agentes institucionais encarregados dessa gestão social. Por esta perspectiva, pais e filantropos, na situação por mim considerada, passam a organizar a intervenção social em concorrência com as supostas vantagens (materiais e simbólicas) auferidas, imediatamente, pela afiliação dos jovens no mundo do roubo e do tráfico de drogas – ou seja, tendo essas supostas vantagens como referência. Consequentemente, os agentes institucionais se organizam para tentar controlar desvios e fazer crer na possibilidade da desejada sociedade solidária.

Neste artigo, ponho em relevo uma série de questões apreendidas a partir de trabalho etnográfico em várias instituições filantrópicas, embora não me detenha neste último. Os dados obtidos do trabalho etnográfico estão rearticulados para a composição de questões que venham a facilitar o entendimento das práticas institucionais, e, especialmente, dos significados das categorias de cognição que sustentam o investimento político-ideológico que aí se encontra em jogo⁴.

Os temas postos em destaque pretendem trazer à tona alguns dos dilemas exacerbados, quando agentes políticos hegemônicos no processo de gestão da inserção geracional aderem resignadamente aos princípios da sociedade do desemprego, instituídos ou instituíveis pela lógica formal do neo-liberalismo. E, por transfiguração, consideram que a gestão em causa, entre os segmentos populares, possa estar apenas ou principalmente fundada na definição de novas formas de cidadania e de auto-estima de crianças e jovens. Essa glorificada exclusividade leva os agentes de

enquadramento a aceitarem o abandono da gestão da inserção profissional, mesmo que a demanda dos usuários institucionais continue a se configurar pela busca da qualificação profissional e pelo acesso ao mercado de trabalho.

A historicidade e a contextualidade das condições da construção dos problemas aqui destacados não podem ser perdidas de vista. Se é fato que, em diversas sociedades, a inserção de jovens tende a se constituir em campo de conflitos, concorrências e contraposições, também o é que as soluções variam conforme os recursos disponíveis. Por isso, torna-se importante entender o jogo de forças inerente à transmissão de patrimônios acumulados pelas gerações antecedentes. No contexto atual, o nó górdio é a raridade dos recursos, dada a sua concentração, e a adesão imediata à profetizada (e assim almejada) sociedade do desemprego.

Os jovens (pobres) na sociedade de risco

Os conflitos decorrentes da apropriação da *rua* pelos *miseráveis* – apropriação que é objeto de condenação – têm-se acirrado a partir da década de 80, momento em que, nas principais cidades do mundo, alguns dos *pobres* impuseram sua presença, numa demonstração exemplar de como a *rua* se transformou em espaço de construção de fronteiras econômicas, políticas e culturais⁵. Eles não só redescobriram, como investiram na *criação* de inúmeras atividades passíveis de serem transformadas em serviços remunerados. Além disso, apropriaram-se de praças e jardins, viadutos e casas abandonadas ou em ruínas, para instalarem as suas residências. Concomitantemente, aumentaram a sua circulação cotidiana entre instituições que lutam para evitar o massacre súbito de boa parte da população condenada a morrer de inanição.

Como esta apropriação, por eles privilegiada, foi condenada, ela suscitou a contraposição dos demais segmentos da sociedade, que os definiu como impostores ou indesejáveis, porque *a priori* também moralmente qualificados como perigosos e impuros. Por isso, para além de toda a disputa de que devem estar aptos a participar entre eles mesmos para assegurar certa territorialização da *rua*, tais usuários devem aprender a lidar com, e a tirar partido dos estigmas, das humilhações, das flagelações, da violência, e até mesmo da administração da ameaça de morte e de seu fato recorrentemente consumado no cotidiano imediato.

As pressões (inclusive pela eliminação sumária desses indesejados ocupantes da rua) não são capazes de intimidar as crianças e os jovens. Na *rua*, eles encontram meios de trabalho e modos instrumentais de acesso a recursos. Não só estas crianças, mas a maior parte daquelas oriundas das famílias mais empobrecidas, estão aí porque vêm sendo pressionadas a reduzir o tempo de dependência em termos de consumo, e a conquistar prematuramente a autonomia diante dos pais. Algumas incorporam resignadamente modos perversos de inserção no mercado de trabalho, por vezes orientados pelos próprios pais⁶. Outras encontram formas mais extremadas de sobrevivência, que põem em xeque os modos de vida de segmentos populacionais beneficiários do modelo econômico concentrador de renda. Em quaisquer dos casos, eles na rua estão porque são alcançados por processos de empobrecimento dos trabalhadores, e de produção dos indesejáveis pelo mercado de trabalho formal⁷.

A definição de problemas e soluções atribuídos a crianças oriundas de famílias qualificadas como *carentes* (material e moralmente) tem variado historicamente⁸. O modelo do internato visava substituir a ausência familiar, mas também eliminar os efeitos perversos da socialização das novas gerações pelas famílias *carentes*. A elas se imputavam então as responsabilidades pelo desvio e pelo abandono. Recentemente, por reinterpretação de atributos, os internatos foram objeto de inúmeras críticas quanto aos instrumentos e aos efeitos anti-pedagógicos⁹.

Portanto, os conflitos decorrentes da presença indesejada de crianças e jovens na rua foram acirrados num contexto em que estavam sendo demolidas as soluções institucionais apresentadas para a sua assistência. O sistema de internato, que havia predominado como instrumento de política de integração das gerações desassistidas pela família, já havia comprovado o quanto podia operar no sentido contrário ao pretendido¹⁰. Por isso, diversos agentes sociais, particularmente aqueles afiliados às organizações não-governamentais, vinham propondo e experimentando métodos pedagógicos específicos para uma redefinição da inserção das crianças que se encontravam *na rua*.

Meninos de rua – meninos de comunidade

A mobilização dos agentes sociais voltados para a construção criativa de novos programas pedagógicos, destinados às crianças

oriundas das famílias rotuladas de *carentes*, fundamenta-se na exorcização da construção da trajetória do *menino de rua*. Dedicando-se a um convívio direto com os *meninos de rua*, os agentes sociais categorizados como educadores populares entraram em acordo sobre os múltiplos limites da reconversão desta experiência. Redefiniram então a sua atuação para o trabalho preventivo e ampliaram os investimentos sobre as crianças definidas como em *situação de risco*. São assim qualificadas aquelas crianças que, por constrição dos meios de sobrevivência da família, estão prestes a construir a sua autonomia ou a integrar as estratégias familiares de arrecadação de recursos para sobrevivência. As desilusões quanto à eficácia genérica dos investimentos pedagógicos frente à maioria dos *meninos de rua*, muitos deles definidos pelos *educadores* como viciados e arredios, levaram à construção de uma nova proposta pedagógica, incidente sobre os *meninos de comunidade*. Neste deslocamento, importa a minimização das alternativas do trabalho na rua, vistas como potencializadoras da prática do roubo e do tráfico de drogas.

A mobilização fez-se em torno dos riscos e dos efeitos perversos da convivência entre os *meninos de rua*; por seu turno, as atividades pedagógicas consolidaram-se a partir da concepção dos *meninos de comunidade*. Ao mundo da rua, os agentes sociais contrapuseram o mundo familiar, o mundo da escola, o mundo da recreação orientada. À casa-residência ou à casa-lar, cuja autoridade se sustenta no casal social, eles associaram a escola pública e as práticas institucionais de reforço escolar. A escola e a família (real e metafórica) foram preservadas, tanto na prática emergencial de atendimento ao *menino de rua*, como na prática preventiva de atendimento ao *menino de comunidade* ou *menino carente*.

A solução vislumbrada também se pautara no processo de aprendizagem dos valores orientadores da prática laborativa, sem contudo incorporar o aprendizado de saberes e ofícios. E tudo isto esteve embasado na sedução solidária, valorativa da auto-estima, que visa à construção de uma cumplicidade de valores morais e à internalização do julgamento externo. Aos valores que idolatram a força e a violência físicas como atributos do homem, os agentes contrapuseram as vantagens da sociedade fraterna, o prolongamento do ciclo da infância, através da incorporação de crianças e jovens em atividades recreativas ou, em certos casos, da concessão de bolsas de estudo ou de trabalho.

Portanto, a contra-referência à *criança de rua* e a salvação das crianças em *situação de risco* – termo que engloba um conjunto dife-

renciado de condições identificadas pela *criança carente, criança favelada* –, vêm mobilizando os agentes institucionais. A ênfase do projeto salvacionista recai no trabalho preventivo, pautado na formação do caráter segundo orientações de doutrina religiosa, e no combate à criminalidade. O contra-ataque do voluntariado missionário visa entrincheirar os fatores vistos como propiciadores da construção da trajetória do *menino de rua* ou trabalhador do tráfico de drogas. Porém, o caráter prático incide sobre a reordenação de recursos para a inserção social do *menino de comunidade* que, na ausência de tais apoios, é visto como presa fácil a esta integração perversa – para si e para a sociedade. Embora o projeto salvacionista esteja contraposto ao modelo do internato, e disponha de menos recursos de investimento, partilha da mesma crença abstrata sobre as virtudes integradoras da família. A família aparece como unidade social de referência – mesmo que essa referência se dê através de *metáforas* do modelo de relações afetivo-morais entre gerações consanguíneas.

A família impotente e os arranjos institucionais

No atual contexto sócio-econômico, raramente a transição profissional tem sido posta em prática através da mediação da biografia dos pais e da transmissão linear de saberes para os filhos¹¹. A constrição do mercado de trabalho e das alternativas de emprego, juntamente com a dramática percepção dos limites da reprodução social assegurada através do salário, têm desqualificado os pais na orientação dos jovens quanto à transformação destes de consumidores em produtores. Pais e filhos estão diante de processos de exclusão do mercado de trabalho formal e de rebaixamento do valor do salário. Por tais razões, os pais também estão socialmente desprovidos dos meios de controle de um tempo de latência e indeterminação dos filhos, diante do fechamento da inserção laboral, embora seja a alternativa por eles valorizada para a construção social do ser adulto (Guedes 1997, Neves 1999). Paralelamente, os pais se encontram diante da ausência de políticas públicas de inserção de jovens, voltadas para administração da passagem, agora alargada, do mundo da escola para o mundo do trabalho.

Portanto, longe de ser um produto de questões familiares, os problemas – socialmente reconhecidos – para a inserção positivamente qualificada desses jovens revelam o acordo ou a visão hegemônica sobre o estruturante papel laboral, e expressam os efei-

tos das transformações sociais, isto é, os modos como os jovens são por elas atingidos. Esses problemas revelam, ainda, a constituição de alternativas de inserção socialmente condenadas, devido a que põem em risco o projeto hegemônico de reprodução harmônica da sociedade. Por fim, demonstram que os jovens em dificuldade, bem como os seus familiares, estão diante de constrangimentos que não podem resolver sozinhos; e que os investimentos sistemáticos de agentes institucionais no sentido de combater o insucesso escolar não são suficientes.

Em decorrência desse sistema de percepções e julgamento, dessas formas de enquadramento expressas nas categorias de classificação e ação sociais, diversos agentes também atuaram no sentido de assegurar conquistas através da legislação. O resultado mais eloqüente foi a redefinição dos direitos e deveres que então contidos no Código de Menores, e a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990). O Estatuto não só apresentou uma nova concepção para o problema da criança pobre e desassistida pela família, como também tornou possível a reordenação das instituições destinadas à sua defesa e à sua tutela.

Os quadros institucionais de inserção de jovens em situação de risco na sociedade

A Associação Metodista de Ação Social, a Associação Beneficente São Martinho e o Oratório Diário Mamãe Margarida (em sua nova proposta metodológica) foram constituídos neste contexto. Elas espelham os problemas levantados por esta presença da *criança na rua*, presença reveladora da incapacidade de receber as novas gerações por parte da sociedade brasileira. Os esforços dos seus agentes sociais concentram-se em consolidar uma nova visão para o problema, e visam criar adesões e legitimidade. Para tanto, organizaram vários eventos públicos, como é o caso dos Encontros de Meninos de Rua e o Movimento Social Ao Encontro dos Meninos de Rua, de cujo desdobramento surgiram várias instituições.

Para efeitos da análise aqui proposta, deter-me-ei no caso do Centro Juvenil Oratório Diário Mamãe Margarida (mais conhecido como Oratório Mamãe Margarida), situado em Santa Rosa, Niterói, fundado em 1883, mas redefinido em termos de organização institucional e pedagógica em 1991:

Integra-se ao Sistema Salesiano de Educação Popular. Oferece educação complementar a crianças e jovens entre 7 e 15 anos, oriundas de camadas populares, identificadas como carentes (em termos materiais e sociais). É mantido pela Inspetoria D. Bosco, sediada em Cachoeira do Campo, Minas Gerais.

O Sistema Salesiano de Ensino abarca instituições de educação formal - colégios de ensino básico e médio - constitutivas do Sistema Salesiano de Escolas Católicas - e de educação popular. Esta última integra Oratórios festivos e Oratórios diários, bem como obras sociais.

O Oratório Diário Mamãe Margarida, entre agosto e dezembro de 1998 (período do trabalho de campo), atendia 250 crianças vinculadas ao sistema de escola pública, em dois turnos, de modo a complementar a jornada escolar limitada a 4 horas diárias. O primeiro turno funcionava de 7:30 às 10:30hs, e o segundo de 13:30 às 16:30hs. Eram constituídas várias turmas de aproximadamente 25 participantes, conforme a faixa etária e o grau de escolaridade.

Ao privilegiar as crianças oriundas de comunidades carentes, além da evangelização, o sistema de educação estava estruturado para criar meios para melhorar as condições de integração dos seus assistidos. Cumpria assim a importante função de criar alternativas diferenciadas para uma projeção do futuro, especialmente no que tange à inserção profissional.

O acompanhamento mais prolongado da pesquisa relativa a esta instituição tornou mais evidente o dilema da gestão da inserção dos jovens. As atividades e serviços oferecidos mudaram drasticamente em três anos. A orientação para a inserção profissional foi quase abolida:

Dos serviços prestados pela instituição, tinham destaque o apoio pedagógico oferecido durante dois dias da semana, caracterizado pelo atendimento individualizado do cumprimento dos deveres de casa solicitados pela escola pública. E de atendimento em grupo, quando fossem tratadas questões referidas a dificuldades comuns dos educandos. Estas questões obedeciam à divisão disciplinar adotada pelo sistema escolar: português, matemática, geografia, história, etc.

A coordenação pedagógica do Oratório Mamãe Margarida

mantinha um relacionamento com a diretoria do sistema de escolas públicas situadas no bairro, para articular os objetivos complementares que assegurassem bom desempenho escolar. Encaminhava os candidatos às escolas, caso estivessem afastados destas.

Complementava as ações de apoio ao desempenho escolar, oferecendo curso pré-vestibular gratuito aos que estivessem excluídos do sistema preparatório para entrada na universidade, majoritariamente privado. O curso era organizado com a colaboração voluntária de alunos integrados à Universidade Federal Fluminense, geralmente os católicos praticantes.

Além desse serviço, oferecia educação para o trabalho, atividade que contemplava um conjunto de experiências de aprendizagem disciplinada de desempenhos produtivos. Elas não visavam à formação profissional propriamente, mas ao desenvolvimento das disposições necessárias ao trabalho. A instituição oferecia diariamente vários cursos e estágios: datilografia, ajudante de gráfica, informática.

Atingida a idade de 15 anos e finalizado o 1º grau (ensino básico), os educandos eram, em tese, encaminhados, através de uma lista de espera, para a desejada realização de estágios remunerados em grandes empresas como Caixa Econômica Federal, Sendas, etc. Se vitoriosos, permaneciam até aos 18 anos, quando deveriam ser afiliados ao serviço militar. Os estagiários recebiam um salário mínimo mensal, ticket-refeição e passagem. Na medida do possível, eram encaminhados para emprego, ainda que aguardando um período de tempo relativamente longo.

Integrar-se ao estágio remunerado constituía uma vitória para os educandos. A maior parte dos adolescentes que se inscrevia nesse sistema de educação alternativa visava atingir a condição de estagiários. Eles próprios divulgavam a alternativa e mobilizavam colegas para a participação no programa institucional, todos valorizando esta forma de intermediação para acesso ao mercado de trabalho.

Complementarmente, a instituição oferecia recreação, abarcando uma série de atividades (jogos de mesa, pintura, ginástica olímpica, artesanato, futebol, capoeira), das quais as crianças e jovens escolhiam algumas, conforme interesses

e gostos próprios. Recorrentemente eram organizadas excursões e visitas a museus, exposições, praia. Uma vez por semana, as crianças e jovens freqüentavam uma piscina pública.

Por fim, os agentes institucionais ofereciam orientação para a vida ou evangelização, duas vezes por semana, de modo a “mostrar a vida para eles”, “criar referências bíblicas para o comportamento social”, a “melhorar a auto-estima”, “oferecer exemplos de lição de vida”, conforme os modos de sistematização desses objetivos pelos educadores.

Além disso, eram incluídas orientações para incorporação de hábitos de higiene e cuidado com a saúde, entre elas o encaminhamento para as vacinações básicas e visitas a Postos Médicos, inclusive para palestras sobre doenças sexualmente transmissíveis.

As condições para o encaminhamento dos jovens ao mercado de trabalho, as pressões destes diante do gargalo de raras alternativas, todos estes fatores levaram à quase desistência do investimento no sentido da preparação do jovem trabalhador. No trabalho de campo realizado no ano de 2001, a formação profissional já se limitava à internalização de disposições culturais e éticas para suportar a preterição, para aceitar a provisoriedade e para se construir como ser dotado de flexibilidade, capaz de múltiplas adaptações e de se resignar à perda da identidade do profissional.

“As oficinas são desenvolvidas e orientadas para questões artísticas, esportivas, sócio-culturais e de inserção no mercado de trabalho, com cursos considerados semiprofissionalizantes e/ou de geração de renda. Elas acontecem sob a orientação dos educadores, que desenvolvem atividades previamente planejadas e orientadas sobre temáticas definidas nas reuniões de planejamento da instituição. Cada educador é responsável pela implementação de duas oficinas diferentes.

O projeto pedagógico é desenvolvido através de 16 oficinas que acontecem todos os dias, com duração de 1:15h. O programa de atividades assume a mesma configuração nos dois turnos. A instituição desenvolve as seguintes oficinas: capoeira, maculelê, ginástica geral, ginástica olímpica, culinária, artesanato, consciência negra, manicure,

cabelereiro, comunicação, dança, leituras e gostosuras, informática para crianças e informática para adolescentes, mãos mágicas e jovem mania....” (Ramos 2002:10).

“Resumindo, o projeto de oficinas é o espaço privilegiado pelos educadores para o desempenho de atividades pedagógicas. A valorização de uma ética do trabalho, a reflexão da conduta humana pautada nos princípios religiosos do cristianismo, mais especificamente da doutrina católica, e a concepção de cidadania, são as principais matrizes ideológicas da instituição....” (Ramos 2002:13).

Voluntários filantrópicos e educadores sociais

No campo desses projetos de reordenação moral, categorias vão paralelamente emergindo e revelando os modos de constituição desse espaço social. Elas vão desvelando os desdobramentos do modelo pedagógico – *meninos de rua, meninos de comunidades, jovens em situação de risco* – e de seus mediadores: o *educador de rua* ou o *educador social*. Os dirigentes institucionais celebram então o trabalho voluntário e os meios de indução de uma inserção social (moral) desejada. Estes se apresentam como pedagogos formados no amálgama do voluntariado missionário e da profissionalização. Oferecem-se como paradigmas da eficácia deste projeto, já que, muitas vezes, eles alcançaram essa posição por adesão a estes mesmos aportes institucionais.

As instituições integradas a este projeto de conversão (do jovem *em situação de risco* para o jovem portador dos valores da sociedade solidária) estão articuladas com um projeto social que ultrapassa as fronteiras nacionais e o reconhecimento de problema das crianças e dos jovens imediatamente assistidos. Elas se apresentam em consonância resignada e profética com definições problemáticas da juventude que se encontra em fase de inserção laboral. Na atual sociedade, orientada por princípios do neo-liberalismo e pela flexibilização do vínculo de trabalho e do trabalhador, é mister a incorporação de novos *ethos*, de modo a preservar o princípio do trabalho como um dever, mesmo que em exercício oscilante. Os agentes pedagógicos, no entanto, engajam-se, por uma generalização desconcertante, num trabalho missionário de combate ao mal cristalizado na dependência das drogas e no seu tráfico comercial.

Os educadores se atribuem objetivos práticos, orientados pela percepção etnocêntrica que constroem em relação à presuntiva vida

familiar dos educandos. Consideram-se em exercício de apoio aos pais, quotidianamente confrontados com a dedicação integral ao trabalho e, simultaneamente, com a assistência aos filhos. Investem na ampliação dos horizontes de reflexão dos pais diante de comportamentos dos filhos, quando se sentem impotentes para resolver sozinhos as divergências. A conquista do espaço que ultrapassa o barraco ou a casa, geralmente sediados na favela, é etapa do ciclo de vida que prepara a passagem da infância para vida adulta. Os espaços do entorno da casa, contudo, são definidos como perigosos, dada a alegada capacidade real ou potencial de mobilização de traficantes para a constituição da sua força de trabalho. São também vistos como perigosos pela alegada motivação dos jovens para a constituição de grupos e para a adesão à droga, recursos sociais e simbólicos para a conquista da liberdade frente aos pais. E a demonstração mais eloquente dessa liberdade, segundo a percepção dos educadores, é descer o morro e tentar se instalar nas ruas da cidade. As duas alternativas temidas são definidas como caminhos sem volta, pela repressão diante de ações enquadradas como marginais, e pelo alegado prestígio que as situações de risco conferem aos jovens.

Por isso, pais e educadores se alinham no controle do tempo livre das crianças e jovens, exaltando os fatores que os impedem de “ficar soltos no Morro, perto das bocas de fumo”, que venham a lhes “oferecer um caminho de luz e não de trevas ou de vida errada nas drogas”, ou que venham a “impedir que as crianças fiquem na rua”.

O fechamento das crianças e jovens dentro de casa e a negação do acesso aos seus entornos, definidos como caminhos, espaços de trânsito, deve-se ainda ao medo de balas perdidas; impõem-se por facilidades para obtenção de abrigo, diante de inesperados tiroteios entre bandos de traficantes e destes com a polícia. O espaço das instituições aqui referidas passou então a se constituir em abrigo diante da perda do direito ao espaço vicinal.

Diante desse quadro, os educadores redefinem os objetivos institucionais pela oferta de “orientação preventiva (combate às drogas) e profissionalizante”. Concebem as instituições a que se integram como intermediárias da defesa dos direitos das crianças e jovens. Por fim, consideram-se intermediários da internalização de um padrão de comportamento menos agressivo, porque distanciado dos princípios de concorrência por via da imposição da força física.

Este anti-modelo constitui uma referência para as ações cotidianas do sistema pedagógico; por outro lado, os exemplos de educandos que realizam esta carreira são excepcionais. A maior parte deles participa assiduamente do programa de atividades e investe para alcançar a etapa do estágio remunerado, criador de atributos positivos para se candidatar ao emprego. O número de jovens que são vitoriosos nessa trajetória é infinitamente mais amplo do que os casos de abandono, geralmente por necessidade de antecipar o tempo de trabalho doméstico ou remunerado.

O trabalho dos educadores oscila ou agrega o voluntariado e o profissionalismo. Algumas atividades, especialmente as de evangelização e os estágios para formação profissional, são orientadas por voluntários. As atividades de reforço escolar, formação vocacional ou profissional e a recreação são oferecidas por funcionários, a partir do exercício de funções como: coordenador pedagógico, assistente social e educadores populares.

A maior parte dos educadores exprime a exemplaridade deste sistema complementar de ensino e formação. Eles próprios instituem o itinerário do educando ao educador. E são absorvidos enquanto voluntários-profissionais neste mercado de trabalho. Alguns deles, terminado o período de frequência institucional como educando, ou mesmo em seus estágios superiores, são integrados como auxiliares; outros são apoiados para frequentarem o curso pedagógico (formação de professores de ensino fundamental) e retornarem para a posição de funcionários.

A preferência pela integração institucional da carreira aí construída é justificada pela suposta facilidade de compreensão dos jovens, apanágio de quem também viveu a mesma experiência, mas principalmente pela internalização dos valores de referência do modo de vida do ser religioso. Constituem-se, assim, em profissionais especializados num determinado saber ou saber-fazer, que compatibiliza o modo de vida e a missão: afastar crianças e jovens *sob risco* de adesão ao universo de circulação e consumo de drogas.

Portanto, o mercado de trabalho para os educadores populares guarda características específicas. Ele se institui pela valorização de duas formas de socialização: 1. os educadores visam uma mobilidade desejada e recomendada, que serve como exemplo concreto das alternativas abertas pela escolarização, e 2. eles também almejam uma solidariedade recomendada pelo sistema de crenças em jogo.

Quanto à identidade dos valores difundidos pelo sistema de crenças, outras formas de inserção se configuram. Este é o caso dos educadores que transmitem saberes profissionais. Treinados no exercício da atividade produtiva valorizada para a formação dos jovens, eles aceitam esta função após situações de desemprego durável, ou enquanto insistem na procura de outra forma de inserção no mercado de trabalho.

Sendo as instituições exemplificadas mantidas por transferências de rendimentos de outras camadas da população, orientadas por objetivos filantrópicos e de reordenação dos males sociais, elas põem em prática atividades profissionais que têm como referência estes mesmos princípios. E, por isso, são também orientadas pela prática do voluntariado e do militantismo religioso. Os salários são de baixo valor. Os educadores geralmente trabalham das 7:30hs às 17:00hs e, em certas situações, colaboram no trabalho voluntário de evangelização aos domingos, gratuidade justificada pela afiliação religiosa.

A mobilidade que a afiliação na condição de educando permite alcançar é recorrentemente acentuada pelos educadores. À guisa de exemplo, é comum o destaque: "Sou o que sou por causa do Oratório. Tudo que sou agradeço ao Oratório". Desta disposição por tais mediações alcançadas, muitos dos educadores mantêm o sonho de vir a conquistar o título de pedagogos ou uma graduação universitária, e completar a legitimidade deste seu saber-fazer, ou conquistar novos mercados.

Por tais circunstâncias, o período de dedicação (voluntária ou com salário baixo) ao trabalho nestas instituições é fundamental para o reconhecimento social do saber, convertido em passaporte para reivindicação de emprego em outras instituições congêneres. Embora sejam reconhecidos como educadores populares com orientação religiosa, esta socialização não é impeditiva do trabalho em instituições que tenham outras identidades de credo. A especialização reconhecida é a identidade com *crianças de comunidade carente* ou *crianças de rua*. Preparam-se, assim, para constituir força de trabalho específica para assistência social aos reconhecidos *carentes*.

Assim sendo, a trajetória do educando-educador é reivindicada como atributo fundamental para o exercício de um voluntariado profissionalizante: "Fui criança pobre, entendo muito bem tudo o que eles passam, porque passei também". "Fui edu-

cadora, trabalhei como voluntária na catequese dominical e fui convidada a ocupar a função de auxiliar de classe, quando ainda cursava o pedagógico (formação de professora de ensino elementar)".

A omissão estatal e a pedagogia do atabalhoamento

A análise da prática das instituições engajadas neste campo de reordenação da vida social – ou seja, o campo de inserção das novas gerações originárias dos grupos populares – levanta outros problemas. Sublinham-se aqueles atinentes à omissão estatal diante de políticas públicas que reordenem a inserção precária dos jovens, salvo o estímulo à escolarização em si e o reforço de programas seletivos de saúde, de complementação alimentar e de recreação.

Os voluntários, neste vazio institucional, investem criativamente na oferta de soluções que atendam às demandas dos beneficiários e aos problemas por eles concebidos. Há um certo acordo quanto aos instrumentos e aos objetivos do modelo pedagógico (recreação, esporte, arte popular, etc.). Os titulares do Estado consagram tais alternativas, valendo-se dessas instituições para atendimento aos *menores* dependentes da tutela pública, ou às crianças dependentes de orientação.

Diante do acordo sobre o acerto de tais propostas, o debate sobre os desdobramentos desta criatividade missionária ainda é impensável. Entretanto, a espontânea criatividade dos agentes institucionais tem revelado fatores fundamentais a serem considerados para a inserção de crianças e jovens – e fatores que ultrapassam a escolarização e a dimensão laboral. O mosaico de associações de alternativas desvela as múltiplas dimensões que estão em jogo na inserção de crianças e jovens na sociedade. O carisma missionário do agente voluntário, que busca descobrir em si a resposta obrigatória à demanda do outro, é revelador de diversos problemas inerentes à ausência ou à restrição de quadros institucionais de intermediação das formas de transposição de ciclos de vida. As boas intenções dos voluntários são eficazes na demonstração da percepção específica desses agentes, muitos deles desprovidos dos instrumentos intelectuais necessários à construção de concepções sobre movimentos econômicos que dinamizam o setor da produção. Esta crença mágica na salvação solidária e religiosa é seletiva, especialmente pela defasagem entre a oferta e a demanda.

Como as alternativas apresentadas pelos voluntários são locais e expressam o horizonte e a visão de mundo desses agentes, o

problema permanece. As soluções encontradas apontam, quase todas, para a demonstração de que os adultos, tanto os pais como os cruzados morais, são incapazes de oferecer uma sociedade acolhedora em relação aos jovens.

Embora a categoria de ação *jovens em situação de risco* seja o mote aglutinador de energias e recursos financeiros, a prática faz revelar essa ilusão instrumental. Põe em questão, para a sociedade em *situação de risco*, os efeitos de tais princípios desqualificadores (organizados pela potencialidade do mal) como referentes pedagógicos para integrar as novas gerações. Estas são socializadas segundo esses princípios de enquadramento, e pela via da inculcação de disposições a eles concernentes.

Da análise do quadro institucional aqui apresentado, um conjunto de questões se impõe à reflexão:

Quais as conseqüências de um projeto pedagógico construído através da estigmatização dos jovens em situação de risco, e que tenha como referência uma dimensão linear segundo a qual a juventude dos segmentos populares constitui um risco para a existência de outros segmentos populacionais?

Quais os efeitos de práticas pedagógicas que desejam exorcizar um mal particular como geral e reprimem, nas crianças, disposições nem sempre por elas incorporadas? Ao contrário, estudando as demandas das crianças e jovens em relação às instituições, evidenciam-se as motivações pela busca da profissionalização e da mediação para acesso a um mercado de trabalho cada vez mais fugidio.

Que efeitos podem ser projetados, tendo em vista a insuspeita associação entre pobreza e carência moral?

E, por fim, quais os efeitos do investimento institucional na transmissão das disposições requeridas para uma participação social fundada no acesso ao salário, quando os jovens demandam aprendizagem profissional que, pelo seu alto custo, é sempre transferida para a etapa seguinte do ciclo de vida?

O trabalho de orientação aos jovens – aquele posto em prática pelas instituições aqui consideradas – é uma demonstração fundamental da importância da mediação para que pais e filhos, assim apoiados, vislumbrem um futuro diverso das condições de existência vividas. Essa mediação, na maior parte das vezes, é solicitada

pelos filhos, adiantando-se aos pais que, sozinhos, não conseguem vislumbrar alternativas de ruptura. O grupo de idade apresenta-se como fundamental na construção de novos horizontes, intransponíveis, contudo, pela simples vontade dos jovens.

O investimento pedagógico que lhes é devolvido é demonstração cabal dos limites da conversão através do aumento da escolarização, do controle do tempo liberado da atenção escolar e da reversão dos efeitos do atendimento desqualificado através da valorização da auto-estima de crianças e jovens. Embora estas sejam exigências fundamentais, não podem ser as únicas. É um fato que a construção do acesso a outros universos permite a relativização da insularidade cultural, se se levam em conta as constrições associadas à situação de pobreza, que tendem a institucionalizar-se. A questão assim reconhecida é a do fechamento de alternativas diferenciadas de reprodução social. Todavia, nenhum desses fatores pode produzir efeitos mágicos após a entrada do jovem liberado da tutela institucional numa assim desnaturalizada sociedade do desemprego.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R.; BALDISSERA, I.T.; CORTINA, N.; FERRARI, D.; SILVESTRO, M. e TESTA, V.M. 1998. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Chapecó, Brasília: Convênio FAO-INCRA/CPFP-EPAGRI-Edições UNESCO.
- ADORNO, Sérgio. 1993. A experiência precoce de punição. In: José de Souza Martins (org.), *O massacre dos inocentes. A criança sem infância no Brasil*. São Paulo: Hucitec. pp. 181-208.
- ALVIN, Rosilene. 1984. O trabalho infantil e reprodução social: o trabalho das crianças numa fábrica com vila operária. In: A. M. Silva, *Condições de vida das camadas populares*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- _____. 1994. O trabalho infanto-juvenil em discussão. In: H.S. Martins & J.R. Ramalho (orgs.). *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo: Hucitec: CEDI/NETS.
- _____. 1996. Le travail des enfants vu par la société civile. Les débats sur l'enfance pauvre au Brésil - entre la marginalisation et le travail précoce. In: SCHLEMMER, Bernard (Dir). *L'enfant exploité: oppression, mise au travail, prolétarianisation*. Paris: Éditions Karthala-ORSTOM, p. 163-199
- ALVIN, Rosilene e VALLADARES, L.P. 1978. "Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura". *Boletim informativo bibliográfico*. Rio de Janeiro, n. 26, 2º sem.
- SCHLEMMER, Bernard (dir.). 1996. *L'enfant exploité. Oppression, mise au travail, prolétarianisation*. Paris: Editions Karthala-ORSTOM.
- ANTUNIASI, Maria Helena Rocha. 1983. *Trabalhador infantil e escolarização no meio rural*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

- ARIÈS, Philippe. 1978. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BANDEIRA DE ATAÍDE, Yara Dulce. 1993. *Decifra-me ou devoro-te. História oral de vida dos meninos de rua de Salvador*. São Paulo: Edições Loloya.
- BONNET, M. 1998. *Regards sur les enfants travailleurs. La mise au travail des enfants dans le monde contemporain. Analyse et étude de cas*. Lausanne: Editions Page Deux.
- BUSS DE SOUSA, Maria Márcia. 2002. Menino de rua: o fantasma da inserção social. In: Delma Pessanha Neves (org.). *A gestão da precária inserção geracional*. Cadernos do ICHF, n° 78, Niterói, ICHF/UFF.
- CAMPOS, Maria Machado Malta. 1993. Infância abandonada - o piedoso disfarce do trabalho precoce. In: José de Souza Martins (org.). *O massacre dos inocentes. A criança sem infância no Brasil*. São Paulo: Hucitec. pp. 117-154.
- DEL PRIORE, Mary (org.). 1996. *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- FAUSTO, A. & CERVINI, R. 1996. *O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. São Paulo: Cortez.
- FERREIRA, Rosa Maria Fischer. *Meninos da rua. Valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo*. 1979. São Paulo: Comissão de Justiça e Paz e CEDEC - Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, IBREX.
- FONSECA, Claudia. 1993. Criança, família e desigualdade social no Brasil. In: I. Rizzini (org.). *A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Santa Úrsula.
- _____. 1995. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez.
- FUKUI, Lia. 1996. Pourquoi le travail de l'enfant est-il toléré? Le cas du Brésil. Bernard Schlemmer (dir.). *L'enfant exploité. Oppression, mise au travail, prolétarianisation*. Paris: Editions Karthala-ORSTOM. pp. 181-200.
- GENDREAU, Francis. 1996. Travail des enfants, société civile et politiques publiques. Bernard Schlemmer (dir.). *L'enfant exploité. Oppression, mise au travail, prolétarianisation*. Paris, Editions Karthala-ORSTOM. pp. 153-162.
- GNACCARINI, José César. 1993. O trabalho infantil agrícola na era da alta tecnologia. José de Souza Martins (org.). *O massacre dos inocentes. A criança sem infância no Brasil*. São Paulo, Hucitec. pp. 81-116.
- GREGÓRIO, Bárbara e Silva. 2002. A criança de rua e a missão evangélica. Delma Pessanha Neves (org.). *A gestão da precária inserção geracional*. Cadernos do ICHF, n° 78, Niterói: ICHF/UFF.
- GROPPO, Luís Antonio. 2000. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL.
- GUEDES, Simoni Lahud. 1997. *Jogo de corpo. Um estudo de construção social de trabalhadores*. Niterói, EDUFF.
- GUIMARÃES, Eloisa. 1998. *Escola, galeras e narcotráfico*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- GUILLOU, Jacques. 1998. *Les jeunes sans domicile fixe et la rue*. Paris: L'Harmattan.
- GURGEL, Silvana Galeti. 2002. *Nem só de pão vivem os pobres*. Delma Pessanha Neves (org.). *A gestão da precária inserção geracional*. Cadernos do ICHF, n° 78, Niterói: ICHF/UFF.
- KOSMINSKY, Ethel Volfzon. 1993. Internados - os filhos do Estado padrasto. José de Souza Martins (org.). *O massacre dos inocentes. A criança sem infância no Brasil*. São Paulo: Hucitec. pp. 155-180.
- HUTSON, Susan and LIDDIARD, Mark. 1994. *Youth homeless. The construction of a social issue*. London, Macmillan Press.
- JENCKS, Christopher. 1995. *The homeless*. Cambridge Massachusetts: Harvard University Press (third printing).
- MARIN, Joel Orlando. 1997. O trabalho da criança e do adolescente na agricultura de Goiás. In: Anais do VI Encontro Regional Centro-Oeste da APIPSA. Os

- (des)caminhos do desenvolvimento rural brasileiro. Brasília: Universidade de Brasília. pp. 206-215.
- _____. 2001. Trabalho infantil: a construção de um problema social. Tese, Universidade Estadual Paulista de Araraquara.
- MARTINS, Ana Lucia Lucas. 1993. *Livres acampamentos da miséria*. Rio de Janeiro: Obra Aberta.
- MEAD, Margareth. 1973. *Adolescência y cultura en Samoa*. 4. ed. Buenos Aires: Editorial Paidós.
- MILITO, Claudia e SILVA, Helio R.S. 1995. *Vozes do meio-fio. Etnografia sobre a singularidade dos diálogos que envolvem meninos e adolescentes ou tomam a adolescência e a infância por tema e objeto nas ruas da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- NEVES, Delma Pessanha. 1994. "La misère en spectacle". *Cahiers du Brésil Contemporain*, 25/26: 61-80. Maison des Sciences de l'Homme. Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain.
- _____. 1996a. O campo institucional da caridade. In: IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Trabalho apresentado no Grupo Temático Pobreza e exclusão social. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- _____. 1996b. *Transmissão de patrimônio cultural sob exclusão social*. 2º Relatório de atividades correspondente ao período de 1º de setembro de 1995 a 29 de fevereiro de 1996. Departamento de Antropologia da UFF/CNPq, Niterói.
- _____. 1998b. *Caridade e generosidade. Princípios morais da ação política e da gestão social*. Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq como requisito pela concessão de bolsa de produtividade. Niterói: Vício de Leitura.
- _____. 1999. *A perversão do trabalho infantil: lógicas sociais e alternativas de prevenção*. Niterói: Intertexto.
- _____. 2000a. *As novas gerações e o pânico social: a exorcização da potencialidade do mal como objetivo pedagógico. Relatório de pesquisa: O campo institucional da caridade*. Departamento de Antropologia/UFF-CNPq, mimeo.
- _____. 2000b. *Os jovens e o mercado de trabalho: os chamados e os escolhidos*. Relatório de pesquisa: O campo institucional da caridade. Departamento de Antropologia/UFF-CNPq, mimeo.
- _____. 2000c. *Habiter la rue: hiérarchies et négociations. Trabalho apresentado no Groupe de Réflexions sur la Pauvreté*. CNRS, França.
- _____. 2002. Precarização social, tutela filantrópica e voluntariado. In: Márcia Motta e Théo Lobarinhas Piñeiro (org.). *Voluntariado e Universo Rural*. Niterói. Falta editora pp. 9-41.
- _____. 2002a. O combate ao trabalho infantil: supressão provisória do martírio? In: 54ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Trabalho apresentado no Simpósio Trabalho infantil: análise do problema social e contradições das políticas de erradicação. Universidade Federal de Goiás.
- _____. 2002b. Matricentralidade, indigência e enraizamento familiar. *Cadernos CERU*. Série 2, nº 13. pp. 211-230.
- _____. 2002c. Apresentação. A gestão da precária inserção geracional. *Cadernos ICHF*, nº 78. Niterói: ICHF/UFF.
- _____. 2002d. *Le pauvreté comme legs. Le travail des enfants dans l'État de Rio de Janeiro. Études rurales: exclusions*. V. 159, 20 fev. pp. 55-72.
- NEVES, Delma Pessanha (coord.); VIDEIRA DE FIGUEIREDO, André Luiz (relat.); BUSS DE SOUSA, Márcia M. (pesq.); GREGÓRIO, Bárbara e Silva (pesq.) e RIBEIRO, Andréa Carvalho Martins (pesq.). 1998a. *"Menores" em privação de liberdade e inserção no tráfico de drogas*. Departamento de Antropologia - UFF.

- PASSETTI, Edson. 1996. O menor no Brasil republicano. In: Mary Del Priore (org.). *História da criança no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Contexto. pp. 146-175.
- RAMOS, Valena Ribeiro Garcia. 2002. Filantropia x tráfico de drogas: a luta pela "salvação dos jovens em situação de risco". Monografia, UFF.
- RIBEIRO, Andréa Carvalho Martins. 2002. Desnutrição e caridade: a carência corporificada. Delma Pessanha Neves(org.). *A gestão da precária inserção geracional*. Cadernos do ICHF, nº 78. Niterói: ICHF/UFF.
- RIZZINI, I. 2000. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: M. del Priore (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- ROSA, Cleisa M. M. 1995. *População da rua. Brasil e Canadá*. SP: Editora Hucitec.
- SPINDEL, Cheywa R. 1989. *Criança e adolescente no mercado de trabalho*. São Paulo: Brasiliense.
- STOFFELS, Marie-Ghislaine. 1977. *Os mendigos na cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- VIEIRA, Maria Antonieta da Costa et alii. 1992. *População de rua. quem é, como vive, como é vista*. São Paulo: Editora Hucitec.
- WILLIS, Paul. 1991. *Aprendendo a ser trabalhador: escola, residência e reprodução social*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- ZALUAR, Alba. 1985. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. 1994. *Cidadãos não vão ao paraíso. Juventude e política social*. São Paulo/Campinas: Editora Escuta/Editora da UNICAMP.

Notas

¹ Ver Neves 1996a, 1996b, 1998b, 2000a, 2001, 2002b, 2002c. O projeto de pesquisa do qual este artigo é subproduto – O campo institucional da caridade – conta com o apoio do CNPq e do Departamento de Antropologia da UFF.

² Essa orientação também organiza os modos de intervenção das políticas sociais oficiais destinadas a crianças e jovens: bolsa-escola, cheque cidadão, etc. Ver os estudos de casos: Gurgel 2002; Neves 1996b, 1998b e 2002b; Ribeiro 2002.

³ Ver, por exemplo, os clássicos Ariès 1978; Mead 1973; ou Groppo 2000, para uma análise temática; ou Guimarães 1998; Zaluar 1994; e Willis 1991; para estudos de caso .

⁴ Para conhecimento do trabalho etnográfico, consultar Neves (org.) 2002c.

⁵ Ver, por exemplo: Bandeira de Ataíde 1993; Ferreira 1979; Gaboriau 1993; Guillou 1998; Hutson 1994; Jencks 1995; Martins 1993; Milito e Silva 1995; Neves 2000c; Perlongher 1987; Rosa 1995; Stoffels 1977; Vieira et alii 1992.

⁶ Ver Alvin 1984, 1994, 1996; Antuniassi 1983; Caldeira 1960; Campos 1993; Ferreira 1979; Fukui 1996; Gendreau 1996; Gnaccarini 1993; Marin 1997; Neves 1999, 2002a, 2002d; Rizzini 2000; Spindel 1989.

⁷ Ver Bandeira de Ataíde 1993; Fausto et alii 1996; Ferreira 1979; Milito et alii 1995; Neves (coord) et alii 2002c.

⁸ Cf. Adorno 1993; Alvin et alii 1988; Ariès 1978; Del Priore (org) 1996; Fonseca 1995; Groppo 2000; Passetti 1996.

⁹ Cf. Kosminsky 1993.

¹⁰ Para uma análise do vai-e-vem ideológico que integra os projetos de inserção dos jovens dos segmentos populares, ver Alvin e Valadares 1988; Ariès 1981; Del Priore (org.) 2000; Fonseca 1993; Marin 2001; Neves 1999 .

¹¹ Essa constatação tem sido registrada em vários contextos, cf Abramoway, Neves et alii 2002c e Zaluar 1985.